

Vigilância, Repressão e Resistência no fim do Regime Militar (1979-1985): um estudo de caso da Universidade Federal da Paraíba

Jonathan Vilar dos Santos Leite¹

Introdução: a ditadura, o estado da Paraíba e a UFPB

Durante a ditadura orquestrada por frações militares e burguesas do capital nacional em conluio com o governo dos Estados Unidos – como bem atestado e documentado por Dreifuss –² prontamente, os oficiais de alta patente rapidamente trataram de perseguir as primeiras vítimas que pensavam ser "inimigos potenciais da nação". Sindicatos foram desmantelados e sindicalistas foram presos; políticos foram exonerados; editoriais jornalísticos fechados; o Movimento Estudantil caçado, com a *União Nacional dos Estudantes* (UNE) tendo sua sede nacional na praia do Flamengo (RJ) incendiada; várias casas e escritórios foram invadidos na busca de qualquer "prova incriminadora"; editoras e livrarias fechadas; houve até mesmo expurgos rigorosos de membros das Forças Armadas contra a "revolução gloriosa", sem falar nos muitos brasileiros que se exilaram no exterior.

Na Paraíba não foi diferente. O 15º Regimento de Infantaria e o Grupo de Engenharia logo ficaram superlotados. Foi principalmente nesses dois quartéis que a maioria dos presos políticos do estado foi levada. Somente no primeiro dia teriam sido registrados

178 prisões em áreas urbanas (sindicalistas, políticos, estudantes, jornalistas, trabalhadores, profissionais liberais, populares, etc.) e 172 prisões de trabalhadores rurais e camponeses acusados de envolvimento com movimentos rurais.³

É nesse âmbito do que foi discutido acima que elencaremos nosso objeto central: a *Universidade Federal da Paraíba* (UFPB), tratando especialmente dela durante o período de "transição" ou "redemocratização" durante o governo liderado pelo general João Batista Figueiredo - entre 1979-1985. A Universidade enquanto instituição passa a contemplar dessa forma diversos debates, discussões, ações e projetos futuros relacionados a esse período de "abertura" naqueles espaços que foram os *campi*⁴. Nesse ínterim, nos chamou a atenção a profícua atuação de membros da comunidade universitária dentro e fora da UFPB - estudantes, professores e técnicos - e a forma como muitos deles se articularam entre si e com outras camadas civis.

1 Mestre em História pela UFCG e Professor na Escola Municipal de Ensino Fundamental Júlia Figueiredo, em Sapé (PB).

2 DREIFUSS, René. 1964: A conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe. Rio de Janeiro: Vozes, 1981.

3 CITTADINO, Monique. *Populismo e golpe no estado da Paraíba* (1945-1964). João Pessoa: EDUFPB/IDEIA, 1998, p.157.

4 No total existiam 7 *campi* espalhados pelo estado.

O *Serviço Nacional de Inteligência* (SNI) foi criado no início do regime e foi se aprimorando com o passar do tempo. As Forças Armadas tiveram o zelo de montar uma rede exemplar de compartilhamento de informações. Os dados coletados eram diversos e pretendiam dar conta de todos os assuntos ou entidades minimamente suspeitas e que pudessem representar alguma ameaça à "revolução gloriosa" iniciada em 1964. A partir daí, o SNI buscou ampliar seu alcance em todas as áreas da sociedade e as universidades foram especialmente observadas. Com a criação das *Divisões de Segurança e Informações* (DSIs) infiltradas nos ministérios civis, ela poderia atingir todo o setor de educação assim que fosse instalada no *Ministério da Educação e Cultura* (MEC). O frenesi de vigilância não cessou. Em 1970, incentivou-se a expansão dos sistemas setoriais, com a criação de subdivisões das Divisões de Segurança e Informação em instituições subordinadas aos ministérios. Esses órgãos foram inicialmente chamados de *Assessorias Especiais de Segurança e Informações* (Aesis) e, em 1975, passaram a ser conhecidos apenas como ASI. Assim, todo o aparato de vigilância constante dos militares foi montado. Muitos professores perderam seus cargos, muitos sequer conseguiram assumir seus cargos após a realização de concursos públicos, outros foram presos e perseguidos por qualquer coisa considerada subversiva (alguma crítica ao regime feita em sala de aula, qualquer denúncia dos problemas sociais vividos no país, declarar-se marxista ou, pior, ter levado Marx para a sala de aula). Muitos estudantes também foram afetados, sendo jubilados da universidade, ficando fichados no *Departamento de Ordem Política e Social* (DOPS), sem conseguir trabalho conseqüentemente. As universidades eram um grande foco de atenção, já que grande parte da oposição da ditadura era do meio intelectual e muitos eram jovens (basta que lembremos da experiência da guerrilha).

No entanto, em 15 de março de 1979, ocorreu a última transição presidencial que marcou o fim do governo do general Ernesto Geisel e o início do governo do general João Batista Figueiredo. Com isso, temos algumas mudanças significativas em alguns aspectos relacionados à forma como o regime autoritário se relacionava com as universidades.

Uma revogação marcante foi o fim do Decreto-Lei nº 477⁵, criado em 26 de fevereiro de 1969 e extinto em agosto de 1979. Essa lei, aliada à infiltração maciça de agências de inteligência militar nas universidades, foi responsável por causar o afastamento de milhares de pessoas, entre elas principalmente estudantes e professores. Inclusive, como registra Rodrigo Patto Sá Motta⁶, a UFPB "*foi uma das mais bem organizadas e atuantes na primeira metade da década de 1970, quando seu regimento interno serviu de modelo para órgãos congêneres*".

No entanto, com o fim da Lei 447, Figueiredo a substituiu pela Lei 6.680, mais branda, mas ainda vigilante e policiadora. Ela permitia ao corpo discente das instituições a participação nos órgãos colegiados acadêmicos com direito a voz e

5 Para a íntegra da Lei, acesse: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/del0477.htm#:~:text=Define%20infra%C3%A7%C3%B5es%20disciplinares%20praticadas%20por,o%20par%C3%A1grafo%201%C2%BA%20do%20Art.

6 MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *As universidades e o regime militar*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014, p.196.

voto, entretanto proibia qualquer atividade de natureza “político-partidária”. Assim como também proibia as direções estudantis de “*participar ou representar entidades fora da instituição de ensino superior à que estão ligadas*”; uma forma clara de tentar desarticular o engajamento de estudantes com demais setores da sociedade exteriores à universidade, por exemplo.

Depois de anos de proibições e privações, estudantes e professores puderam voltar a se organizar em órgãos colegiados "com direito a voz e voto", mas sem direito a expressão de opiniões políticas. Como veremos mais adiante nos casos retratados na UFPB, esses órgãos colegiados viviam sob constante vigilância e seus membros eram notadamente reconhecidos como potenciais subversivos, mesmo em um chamado "período de abertura" marcado por acenos à democracia. Para os estudantes, a situação também amenizou. Os grupos do movimento estudantil estavam retornando, todavia com restrições. Como sinal dos primeiros resultados da revogação deste decreto-lei vê-se o grande número de greves massivas em 1978 e 1979 que desafiam o governo e evidenciam a crise do Estado autoritário⁷. Mesmo assim, era vedada qualquer participação ou representação vinculada a outra entidade fora dos muros da universidade, tornando a agenda desta restrita à academia e, claro, evitando qualquer compromisso "político-partidário". Apesar dos avanços significativos, a práxis revelou outras facetas desse processo: a vigilância ainda mantinha os olhos abertos. Afinal, muitas coisas poderiam ser consideradas subversivas e contrárias aos interesses do Estado de exceção.

Reorganização social na universidade

No nível universitário, mesmo com a lei nº 477 ainda em vigor, em outubro de 1978 surge em João Pessoa uma significativa associação que inicia a mudança do cenário sindical paraibano em oposição a esse modelo de sindicalismo evasivo e não combativo que vigorava até então: a ADUFPB-JP⁸. Em 1978, a seção foi fundada na cidade de Campina Grande, com um vasto corpo docente na integração da associação e, graças à revogação do decreto-lei nº477, a partir de agosto de 1979, a universidade pôde agora respirar um pouco mais aliviada. Entre os anos de 1976 e 1980 foi o professor Lynaldo Cavalcante o responsável pela reitoria da UFPB. Segundo Rodrigo Patto Sá Motta⁹, o reitor tinha

Uma gestão caracterizada pela flexibilidade e tolerância ideológica, propensa à acomodação com os intelectuais de esquerda, Lynaldo contratou muitos professores "suspeitos" aos olhos dos órgãos de segurança, que consideravam o novo presidente leniente em relação aos riscos à segurança

7 LIRA, Alexandre Tavares do Nascimento. *A legislação na educação durante a ditadura militar (1964-1985): um espaço de disputa*. Tese de doutorado em História. Niterói: UFF, 2010, p. 312.

8 Associação de Docentes da Universidade Federal da Paraíba - Sessão João Pessoa.

9 MOTTA, Rodrigo Patto Sá. O impacto do golpe de 1964 e da ditadura na universidade paraibana. IN AIRES, José Luciano de Queiroz et al (Orgs.). *Poder, memória e resistência: 50 anos do golpe de 1964 e outros ensaios*. João Pessoa: Editora CCTA, 2016, p.21.

nacional. Uma das demonstrações de insatisfação dos militares com o novo reitor aconteceu no início de 1977, quando a Seção de Informações do IV Exército enviou um documento ao Serviço Nacional de Informações (SNI) alegando que, desde o início de 1976, a UFPB vinha contratando vários professores com histórico político comprometedor. E as dores de cabeça dos agentes repressivos se agravaram nos anos seguintes, quando a universidade se tornou um importante centro na área de ciências humanas e sociais exatamente como resultado da contratação dos "subversivos".

Apesar da descrição feita por Rodrigo Patto Sá, é importante lembrar que, acima de tudo, o reitor em questão era uma figura indicada diretamente pelo governo ditatorial através do Ministério da Educação - portanto, um homem de confiança no regime - e apesar de sua maior flexibilidade - em comparação com o reitor anterior - ele ainda impunha certos limites à liberdade na academia. Embora os militares mais rígidos não simpatisassem muito com sua falta de rigidez, Lynaldo permaneceu incólume às críticas públicas contra ele, talvez por causa do crescimento desenfreado da UFPB sob sua gestão. O número de estudantes crescia de forma constante, acompanhado pelo número de professores e de pós-graduações abertas, embora esse inchaço fosse visto por muitos como excessivo ou precipitado, uma vez que muitos cursos de pós-graduação abertos ainda eram imaturos e frágeis¹⁰.

Depois temos a gestão de Berilo Borba. Entre sua gestão e a de Lynaldo temos o retorno de 12 professores que haviam sido exonerados por meio dos Atos Institucionais graças à lei de anistia e o clima de tensão que existia vai se dissipando aos poucos. Os professores começaram a se organizar e os estudantes também reapareceram com vigor crescente. Como vimos anteriormente, com a retomada do movimento estudantil representado em 1979, após o "Congresso de Reconstrução" em Salvador (BA), para reestruturar e reagir à entidade estudantil. Os Diretórios Acadêmicos, os Centros Acadêmicos e o Diretório Central Estudantil começaram a se movimentar novamente, a atuar mais livremente com o fim da Lei 477, se integrando com a maioria dos demais movimentos sociais vistos até então, sempre marcando presença em passeatas, protestos e outros atos públicos.

Tensão nos campi: casos de monitoramento, infiltração e interdição

Com a extinção da Lei 477 em 1979, as ASI da maioria das universidades públicas brasileiras foram gradualmente fechadas até 1980, mas curiosamente na Paraíba, essa divisão de inteligência permaneceu ativa na UFPB até 1984, quase até o fim formal da ditadura (em março de 1985).

Embora a reitoria de Berilo Borba fosse marcada por maior tolerância e que ele se posicionasse estritamente contra qualquer tipo de violência, como torturas ou prisões arbitrárias, a realidade da vida universitária local ainda não gozava de plena liberdade.

10 Idem, p.22.

Em seu depoimento dado à Comissão da Verdade da UFCG¹¹, o ex-reitor diz que na universidade havia um assessor de segurança e informação: o general da reserva Nogue Vilar de Aquino. No entanto, logo no início de seu mandato, ele afirma ter ido ao general e, claramente, ter dito: "*Não quero que um professor, estudante ou funcionário da universidade seja incriminado, perseguido ou qualquer coisa*". O que os documentos revelam é que Nogue e até o próprio Berilo não seriam tão acomodados e permissivos; suas tolerâncias tinham limites demarcados, em diferentes graus de reação.

Durante seu depoimento, construindo uma imagem sua (de um homem conciliador e pacificador), ele relata um dia em que estava no escritório e o assessor de segurança e informação chegou com um papel na mão dizendo que havia um péssimo negócio para contá-lo. Berilo, então, teria perguntado sarcasticamente: "*E o que aconteceu? Enfrentaram a revolução (militar)?*". A denúncia estava relacionada a uma peça dos estudantes de mídia, cujo título era "Yo soy loco por ti latrina" contendo críticas políticas e sociais na peça. Nogue, perguntando sobre o que seria feito aos estudantes que tomassem tais iniciativas e Berilo diz que "*volte ao agrupamento e pergunte o seguinte: você já foi jovem? Isso é coisa de jovem. Não tem consequências! Isso não é um problema.*"

Se nesse episódio temos o ex-reitor como uma espécie de redentor estudantil e garantindo sua liberdade de expressão, em momentos posteriores vemos o contrário, uma tentativa de privar e restringir a mesma liberdade de expressão. Lembremos que, afinal, ele havia sido um homem designado pelo governo militar como alguém responsável pelo cargo e que saberia manter o controle e a ordem para que a Lei de Segurança Nacional não fosse violada - que ainda estava em vigor quando assumiu o cargo. Em setembro de 1982, Berilo tomou uma série de medidas para pôr fim a supostas manifestações político-partidárias em todos os campi da UFPB. De acordo com o que é retratado pelo Jornal da Paraíba¹²: "*Ele pediu ao Tribunal Regional Eleitoral medidas sérias para evitar que políticos continuem invadindo campi universitários*".

De diversas formas, podemos perceber o grande número de estudantes e professores cadastrados e supervisionados a cada etapa ou manifestação pública que realizaram pelo DOPS-PB. O sindicato dos docentes da UFPB/Campina Grande, bem como a *Associação do Magistério Público do Estado da Paraíba* (AMPEP),¹³ tiveram todos os seus membros devidamente registrados pelo *Centro de Informações Policiais e de Segurança* (CIPS) ou pelo DOPS, vistos como supostas associações e grupos subversivos que iam contra a Lei de Segurança Nacional.

11 Depoimento do professor e ex-reitor da UFPB, Berilo Borba, à Comissão da Verdade, da Memória e da Justiça das Entidades da UFCG, gravado no dia 18/07/2015, em João Pessoa. Link do depoimento: https://www.youtube.com/watch?v=8wmiCkbt9_E

12 "Universitários irão continuar debate". Jornal da Paraíba, Campina Grande, p.04, 25 de setembro 1982.

13 Não há informações adicionais além dos nomes dos membros da AMPEP no documento. Protocolo 0569/81. Centro de Informações Policiais e de Segurança (CIPS), 22/06/1981. Acervo da Comissão Estadual da Verdade - PB. Veja mais em: www.cev.pb.gov.br

Eis que entra em cena um importante personagem para compor o quadro de professores da UFPB (Campus II): Wagner Braga Batista. O professor Wagner deu aulas de engenharia na UFPB após ser transferido do Rio de Janeiro em 1978, onde já era completamente estigmatizado por sua atuação antimilitar. Em Campina Grande, acabou se tornando uma das principais lideranças ativas do sindicato dos professores da Universidade Federal da Paraíba, além de articulador de diversos movimentos contra a ditadura. Segundo relatos do próprio professor à Comissão da Verdade da UFCG, ele teria sido perseguido no trabalho e até a caminho de casa por integrantes do P2 (setor de inteligência da Polícia Militar).¹⁴

O mesmo ocorreu com todos os estudantes que faziam parte do movimento estudantil - fossem eles membros de *Centros Acadêmicos* de cursos, como membros de *Diretórios Centrais dos Estudantes* (DCEs).¹⁵

Mas também houve quem estivesse fichado sem ter sido membro do movimento estudantil, como foi o caso de José de Melo,¹⁶ por se expressar com severas críticas ao governo durante uma palestra em fevereiro de 1981 na UFPB-campus II (em Campina Grande). Há ainda outro caso com outros estudantes do mesmo campus: Ana Maria Martins Colaço, Ananias Virginia Dias Monteiro, Antônia Maria Araújo, Benedita Pires de Souza, Raquel da Graça Santos e Solange Rodrigues de Barros. O motivo que levou esses jovens a serem registrados individualmente foi a mesma justificativa utilizada em todos os "históricos" dos registros:

Participou do III Encontro de Estudantes de Serviço Social, realizado nos dias 17, 18 e 19 de outubro, na UFMG. Assuntos: estímulo ao socialismo, convocação para "derrubar a ditadura", ameaça de derrubada do governo, ataque ao regime e à Lei de Segurança Nacional, entre outros¹⁷

O conceito de "socialismo" do governo militar era considerado difuso e vago. Praticamente tudo o que era contra o que o regime julgava certo era considerado comunismo e prontamente ilegal fazendo com que tanta gente fosse perseguida e presa no Brasil de forma arbitrária.

Em 1983, ainda temos casos de duas bombas sendo explodidas, como demonstra o caso do evento de recepção aos calouros no teatro municipal Severino Cabral, em 22 de março daquele ano. O evento contaria, aliás, com a presença de um

14 Depoimento do professor aposentado Wagner Braga Batista à Comissão de Verdade, Memória e Justiça da UFCG, gravado em 27 de março de 2014, em Campina Grande. Link do depoimento: <https://www.youtube.com/watch?v=5QSfKBZfn8A>

15 Protocolo nº 0586/81. Centro de Informações Policiais e de Segurança (CIPS). Campina Grande, 01/07/1981. Acervo da Comissão Estadual da Verdade - PB. Veja mais em: www.cev.pb.gov.br

16 INFE nº 025/81. Delegacia de Polícia de Ordem Política e Social, 16/02/1981. Acervo da Comissão Estadual da Verdade - PB. Veja mais em: www.cev.pb.gov.br

17 Registro nº 026. Delegacia de Polícia de Ordem Política e Social - Serviço de Informações (CIPS). Outubro de 1980. Acervo da Comissão Estadual da Verdade - PB. Veja mais em: www.cev.pb.gov.br

ícone da resistência contra a ditadura: o jornalista Fernando Gabeira, ex-integrante do MR-8. Enquanto o evento acontecia, um explosivo é colocado no banheiro do teatro e explode.¹⁸ O estrago foi apenas estrutural no teatro e ninguém ficou ferido - a intenção era claramente aterrorizar os estudantes de lá e tentar encerrar o evento.

Nem mesmo um simples cineclube de professores escapou da vigilância acusatória. Em 1980, vemos o caso do casal de professores, Jardelino de Lucena Filho e Renira Mota de Lucena, conhecidos por criarem um grupo de estudos teóricos em que sempre assistiam a um filme e logo após o debatiam. Segundo os registros dos autos¹⁹ "*para levar aos assistentes as mensagens necessárias de comportamento social, da omissão do Estado, da discriminação, da miséria, da violência, da forma de organização social, tudo no sentido de **mostrar a realidade brasileira***" [grifo nosso].

Oposição, organização, mobilização e reivindicação

Já no início dessa conjuntura redemocratizante, em 1978, o professor Wagner Batista veio para a Paraíba, onde passou a atuar inicialmente de forma isolada, mas logo buscou gerar alianças com os setores de resistência no período. O professor tentou articular-se da forma mais jurídica possível junto ao movimento da esquerda local para não atrair os olhares atentos dos órgãos de repressão e evitar problemas futuros - que, como vimos, apesar de toda a busca pela legalidade, ele estava nos arquivos dos departamentos de investigação e vivia sob constante vigilância e até assédio direto.

O movimento estudantil e, sobretudo, os professores que existiam na universidade local estão deixando a timidez, o medo e a discrição de lado e se integrando cada vez mais a outros centros de atuação, saindo dos muros da instituição, perdendo o medo e indo às ruas em passeatas e protestos principalmente devido à efervescência política que emergiu no último governo militar. Esse fato é possível por meio de pressões populares aos rompimentos da própria reabertura, pressionando pelo fim do regime, mas não apenas isso: uma luta massiva por novos direitos e conquistas nas esferas sociais.

Durante o período da Anistia, Wagner e estudantes da UFPB se uniram para espalhar cartazes sobre a anistia e atuar, a princípio, mais na esfera social do que docentes, segundo depoimento à comissão. Segundo o professor, outro instrumento utilizado por eles foi a pichação em muros com palavras de ordem e frases de protesto relacionadas à anistia e à ditadura. Pintar paredes, aliás, foi um dos grandes símbolos de luta e oposição à ditadura brasileira. Configurava-se numa tática, ao mesmo tempo, silenciosa e gritante que revelava em seu breve conteúdo um grito dissonante, sem autoria precisa, sem apelo estético, sendo, sobretudo, um grito de revolta coletiva,

18 "Bombas explodem na abertura da calourada 1983". Jornal da Paraíba. Campina Grande. P.01, 23 de Março de 1983.

19 Registro nº 034. Centro de Informações Policiais e de Segurança, 1980. Acervo da Comissão Estadual da Verdade - PB. Veja mais em: www.cev.pb.gov.br

indignação, desejo de mudança e projeções para um futuro mais justo e livre impregnado de uma simples e ostensiva tinta preta. Inclusive, outro professor da instituição - o professor Manoel Donato - foi preso no mesmo período por pichar o centro da cidade em protesto contra o regime, conforme relatado em depoimento à comissão da verdade da UFCG²⁰.

As greves vinham se tornando cada vez mais frequentes e ganhavam força e coalizão nas universidades. Com a organização sindical dos professores (ADUFPB) e a reorganização do movimento estudantil, esses atos ganham um novo fôlego e fomentam cada vez mais o clima reivindicatório. Os protestos que começaram a se desenrolar entre 1978 e 1979 destacam um governo em crise e a educação passa a se tornar um tema importante na agenda das lutas sociais no centro do debate político nacional²¹. Inclusive, sai da própria UFPB em 1982 o livro “Universidade e movimento docente”²², escrito pelo vice-presidente da ADUFPB, Rubens Pinto Lyra, trazendo tanto críticas ao modelo de universidade da época quanto propostas para transformações da universidade brasileira que deveriam nortear a pauta sindical dos docentes.

Com a "redemocratização" e a retomada da UNE em 1979, o movimento estudantil ganhará um novo fôlego e passará a demarcar mais efetivamente seu lugar de participação social. Embora já tivéssemos em 1976 o surgimento do "Diretório Acadêmico 11 de agosto", criado sob a sombra da lei nº477, talvez seja a partir de 1980 que as atividades do diretório se alavancam e levam ao fortalecimento do próprio movimento. Isso fica claro, em primeiro lugar, pelo motivo mencionado (reabertura política) e, em segundo lugar, podemos ver que os estudantes amadureceram para ampliar suas lutas e causas. Para isso, podemos utilizar o documento-texto produzido em maio de 1980 pelo ex-estudante de engenharia elétrica Lamarck Bezerra de Melo²³. Em síntese, o texto pretende nortear uma questão que se consolidava na época: a criação de Centros Acadêmicos independentes em cada curso como forma de ampliar a luta por todos os estudantes da instituição, em que todas as áreas científicas permeassem os debates do conhecimento plural e dando voz a todo o coletivo, evitando concentrar o poder decisório nas mãos de uma pequena vanguarda pertencente apenas ao Diretório. Além de uma forma de integração da comunidade estudantil no campus II da UFPB, havia outra grande nota feita por Lamarck que daria direção a uma ação de frente ampla: a integração com a sociedade civil. Para ele

Todas as lutas estudantis, por mais localizadas e setORIZADAS que sejam, têm, por assim dizer, duas características que as definem: uma característica de

20 Depoimento do professor aposentado Manoel Donato à Comissão de Verdade, Memória e Justiça da UFCG, gravado em 11/9/2014, em Campina Grande. Link do depoimento: <https://www.youtube.com/watch?v=a6LOsFcCV68>

21 LIRA, op. cit., p.312.

22 LYRA, Rubens Pinto. *Universidade e movimento docente*. João Pessoa, FUNAPE, Editora Universitária/UFPB, 1982.

23 A íntegra pode ser conferida no link:

http://www.ufcg.edu.br/mobile/noticias/mostra_noticia.php?codigo=17687 Acesso em 13 de julho de 2023.

natureza particular e outra de caráter geral. A característica de natureza particular é aquela que liga diretamente os alunos; interesses imediatos para as questões pelas quais estão lutando. Por exemplo, quando se luta por mais e melhores professores, por métodos de ensino mais aprimorados, a característica dessa luta é o fato de que a perda gradual da capacidade - por isso mesmo - de aprender o que cada programa propõe do curso em geral (questão), está em contradição com o que se espera de um futuro profissional, o desejo de todos nós estudantes de nos tornarmos profissionais competentes (interesse). Essa é a característica de uma natureza específica. A característica de caráter geral é aquela que vincula os interesses mais gerais a essas mesmas questões. É a inter-relação que existe entre qualquer questão que enfrentamos cotidianamente, como estudantes, e o próprio modelo educacional, ao qual estamos submetidos, implantado em conformidade e sincronia com o modelo econômico-político vigente no nível da sociedade como um todo.²⁴

Portanto, os esforços do Movimento Estudantil não devem se limitar às lutas interuniversitárias, mas estender seu alcance para além dos muros institucionais que os cercam. Para isso, é preciso estar alinhado com as necessidades gerais da população, lutar por melhores condições de vida, por mais direitos, por uma melhor política educacional e, no máximo, a queda do regime e a restauração do Estado Democrático de Direito. Então

Nesse sentido, à medida que os estudantes, como segmento social, são reprimidos por lutarem por seus direitos, sentem que é necessário conjugar suas lutas específicas com as mais gerais: por maiores liberdades, que é também uma luta e uma aspiração do povo em geral, privado desses mesmos direitos, maiores liberdades e direitos democráticos. O direito à liberdade de expressão, expressão e organização, etc., são questões que só serão alcançadas com a derrubada efetiva da ditadura - que é o regime político diretamente responsável pela restrição total desses direitos a outros setores sociais, submetendo-os a uma forma brutal de opressão e exploração. Essa tarefa pertence a todos os setores comprometidos com a causa da emancipação dos povos sob o jugo do imperialismo. Portanto, os interesses e lutas dos estudantes estão intrinsecamente ligados aos interesses e lutas do povo em geral.²⁵

Para que tudo isso se tornasse viável, havia quatro princípios essenciais que deveriam ser perseguidos, segundo Lamarck:

1) A participação de todos os estudantes em torno das bandeiras de luta - por isso os Centros Acadêmicos de cada curso seriam canais oportunos para incentivar a participação consciente de todos.

24 Idem.

25 Idem.

- 2) Democracia interna, valorizando discussões amplas e multilaterais, o direito à livre manifestação do pensamento, submetendo a minoria à decisão majoritária.
- 3) Um programa definido, explícito e amplo, orientando o nível de intervenção dos alunos, delimitando possibilidades e importância.
- 4) Métodos de trabalho justos, levando em conta os três pontos anteriores para que não haja injustiças e transformando as ideias debatidas no movimento em ativos a serem considerados pelo coletivo.²⁶

Podemos destacar alguns exemplos das ações desses grupos que foram publicados na imprensa local do período.

Em 12 de agosto de 1980, o Diário da Borborema²⁷ retrata a manifestação do movimento estudantil da UFPB contra a nova medida da reitoria de aumentar drasticamente o valor das refeições vendidas no Restaurante Universitário (RU). Recusando-se a pagar um aumento exorbitante de 720%, os universitários assumiram o controle do restaurante e definiram preços de forma mais justa para que o acesso à comida não fosse restringido. A reitoria havia determinado que as refeições que antes custavam Cr\$ 4,00 custariam Cr\$ 15,00 e as que antes custavam Cr\$ 8,00 subiriam para Cr\$ 60,00. Com isso os estudantes fixaram os preços dos pratos em Cr \$ 5,00, Cr \$ 10,00 e Cr \$ 15,00.

Tal ato prontamente nos remete ao conceito de "economia moral" desenvolvido por Edward Palmer Thompson, no qual um determinado grupo social tem seus pressupostos morais de uma economia justa que, quando atingida, resulta em possíveis tumultos. No entanto, o significado desse "motim" não se perde ali porque sobretudo "*definia e defendia apaixonadamente noções de bem-estar comum*"²⁸. Portanto, em um ato de revolta em que tomam posse e controle do restaurante universitário, os estudantes prontamente buscam restabelecer a ordem moral e econômica que havia sido rompida, a fim de restabelecer o bem-estar coletivo. O aumento era visto como impropriedade, considerando que os estudantes recebem um crédito educacional mensal de Cr\$1.100,00 em que o valor gasto apenas com refeições no restaurante já supera as condições financeiras dos discentes.

Embora os olhos atentos do regime ainda repousassem sobre o movimento estudantil, eles tentaram expor a podridão da ditadura de forma cada vez mais aberta, como revela o registro feito pelo CIPS acerca de Luís Teodoro Correia do Prado,²⁹ o representante do jornal "*Hora do Povo*"³⁰ em Campina Grande. Neste dossiê do Centro de Informações Policiais constava o ato público de repúdio ao atentado

26 Idem.

27 "Os estudantes assumem o controle do restaurante e ameaçam declarar greve." Diário da Borborema. Campina Grande, p. 01. 12 de agosto de 1980.

28 THOMPSON, E.P. *Costumes em comum*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p.152.

29 INFE nº 181/81. Centro de Informações Policiais e de Segurança (CIPS), 16/06/1981. Acervo da Comissão Estadual da Verdade - PB. Veja mais em: www.cev.pb.gov.br

30 Além do representante deste jornal, Marcio Tarradt Rocha foi atuado por vendê-lo durante um ato do PMDB. Vide Registro nº 027. Delegacia de Polícia de Ordem Política e Social, 25/05/1980. Acervo da Comissão Estadual da Verdade - PB. Veja mais em: www.cev.pb.gov.br

terrorista do Rio Centro, em 1981, por representantes dos DCEs e estudantes secundaristas que afirmavam em protesto que "*o governo estaria priorizando verbas destinadas ao terrorismo e à tortura, com cortes de verbas para a educação*".

Cinco dias depois, em 30 de setembro de 1982, iniciou-se uma articulação geral entre os estudantes da UFPB em solidariedade aos colegas do Campus VII, na cidade de Patos, no sertão paraibano e que estavam em greve há mais de um mês. No Campus II, localizado em Campina Grande, foram coletadas diversas assinaturas de apoio e conscientização de toda a comunidade universitária sobre a greve por meio de um manifesto - que foi publicado na íntegra pelo Jornal da Paraíba. O motivo de tal greve, segundo o mesmo manifesto, foi: "*as más condições de ensino e pesquisa, fortes indícios de graves distorções na administração do campus e absoluta insensibilidade e intransigência e autoritarismo por parte das autoridades administrativas*".³¹ O jornal traz ainda o seguinte trecho nas palavras dos estudantes do "Diretório Acadêmico 11 de Agosto":

A luta enfrentada pelos nossos colegas é a luta de todos os estudantes brasileiros que sofrem as consequências de uma política de abandono total da educação por parte do governo. Esse abandono resulta em um ensino ruim, elitista, autoritário e alienado da realidade do nosso povo. É a crescente eminência de acabar definitivamente com o que resta de educação pública e gratuita. É a diminuição progressiva dos recursos destinados à Educação, que favorece o crescimento da rede privada com subsídios. Em 1970, cerca de 75% do ensino de 3ª série era do governo. Hoje [1982], cerca de 80% é explorado pela rede privada, enquanto pouco mais de 20% é parcialmente mantido pelo Estado. [...] Esse movimento, por ser justo e legítimo, ganhou apoio significativo da população de Patos, que se tornou um Comitê de Apoio, distribuiu uma Carta Aberta à população, enviou um abaixo-assinado assinado, organizou uma passeata com ato público (sexta-feira, 16 de setembro) e enviou um representante para informar ao reitor que a comunidade apoia os estudantes; luta e exige que a reitoria reabra o diálogo e responda às suas demandas.

Alexandre Lira já nos alertava para o crescente problema da educação pública no período da ditadura e os ataques que sofreu em favor do sistema privado de ensino. Além do afastamento de inúmeros professores do corpo docente do ensino básico e superior - que desmantelou muitas dessas instituições -, houve também o repasse de investimentos denunciado pelos estudantes. Com a Lei nº 5.692 / 1971, há uma ampliação ainda maior da concessão de bolsas financiadas pelo governo para levar estudantes a escolas particulares; além disso, muitas escolas privadas também gozam de forte imunidade tributária, multiplicando suas possibilidades de lucro³². O mesmo ocorreu no âmbito das faculdades com bolsas de estudo e financiamento estudantil aplicados no setor privado.

31 "Estudantes param hoje na UFPB". Jornal da Paraíba. Campina Grande, p.05, September 30, 1982.

32 LIRA, op. cit., p.309.

Em 12 de novembro de 1982³³, foi anunciada uma greve marcada para o dia 19 do mesmo mês. A decisão foi tomada por docentes do campus II que se reuniram sob o comando do diretor executivo da ADUFPB, professor Wagner Batista. A pauta reivindicatória consistiu em negociações salariais, garantindo que a reestruturação universitária seja amplamente discutida com participação efetiva da sociedade e coordenada por aqueles que vivenciam a universidade cotidianamente, garantindo a participação da ANDES (Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior) - recém-fundada em fevereiro de 1981 como aglutinação sindical - e, por fim, garantia de igualdade salarial e carreira unificada nas instituições de ensino superior.

Em relação ao Jornal da Paraíba de 1º de dezembro do mesmo ano,³⁴ temos a fala da professora Melânia Rodrigues, secretária da ADUFPB-CG, na qual afirma que o movimento grevista persistirá até que suas reivindicações sejam ouvidas. Nas palavras da professora, o decreto assinado pelo presidente João Figueiredo naquele ano corrente não implicou um aumento real nos salários desses profissionais, pois ele alterou apenas uma categoria - a dos titulares - que representava um percentual insignificante no grupo de professores e que, ainda assim, a mudança era quase inexistente e ineficaz.

Também é interessante notar na fala do secretário do sindicato que foi realizado um diálogo prévio com os estudantes no campus onde apresentaram propostas para sanar eventuais atrasos no semestre letivo, demonstrando engajamento mútuo, apoio e complacência da classe estudantil para com o movimento, que buscaram juntos a melhor alternativa para encaminhar o trabalho acadêmico após a greve sem maiores transtornos.

Em 11 de maio de 1984, é publicada no Jornal da Paraíba a decisão dos professores da UFPB de aderir a mais uma greve nacional marcada para a semana seguinte³⁵. O objetivo dessa articulação docente é pressionar o Ministério da Educação e Cultura (MEC) a conceder reajustes salariais semestrais com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), décimo terceiro salário para os professores admitidos sob o regime estatutário e prazos de cinco anos para os contratados para a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

Na edição do Jornal da Paraíba de 13 de abril de 1984,³⁶ tomamos conhecimento de um ato público na Praça da Bandeira, no centro de Campina Grande, no qual estudantes marcharam em favor da conscientização da comunidade sobre as dificuldades enfrentadas pela classe estudantil e sensibilizando os estudantes competentes para que se criasse uma residência universitária, que resolvesse a questão da alimentação universitária e o aperfeiçoamento do curso de medicina da UFPB. É

33 "UFPB paralisa no dia 19". Diário da Borborema. Campina Grande, 12 de novembro de 1982.

34 "Professores decidem não parar a greve na UFPB". Jornal da Paraíba, Campina Grande, 1º de dezembro de 1982.

35 "Professores entram em greve nacional". Jornal da Paraíba, Campina Grande. P.04, 11 de Maio de 1984.

36 "Estudante da URN apoia movimento e vai à praça". Jornal da Paraíba, Campina Grande, p. 01. 13 de abril de 1984.

interessante notar que, além dessa tentativa, eles também se manifestaram a favor de eleições diretas para presidente. Entre os que falaram na tribuna livre a favor da causa dos manifestantes estavam: Wagner Batista (ADUFPB) e João Cícero (DCE UFPB). O evento contou com a presença dos vereadores Márcio Rocha e João Dantas (PMDB), entidades sindicais e de classe e representantes do Partido dos Trabalhadores (PT).

A integração desses movimentos com o foco de articulação civil era um princípio básico que vinha muitas vezes da orientação partidária, mas que também estava presente nos manifestos desses grupos, que consideravam essenciais para promover seus fins: avanço da abertura, anistia, colapso da ditadura, avanço dos interesses da classe trabalhadora e todos os bens comuns a toda a sociedade³⁷.

Conclusão

Embora observemos que o último governo do regime militar liderado pelo general Figueiredo tenha sido marcado por uma maior flexibilidade e um certo "afrouxamento" em relação aos generais presidenciais anteriores a ele, é importante notar que essa distensão foi planejada para ser realizada "de forma lenta, gradual e segura", com a tutela e orientação dos militares. Portanto, ainda é de se esperar que haja um certo nível de repressão, intensa vigilância e até prisões daqueles que eram vistos como uma ameaça a esse plano. Ainda que o ritmo de abertura tenha sido inicialmente ditado pelo governo, a articulação de setores da sociedade civil, como estudantes e sindicatos, acabou servindo como instrumentos de pressão para acelerar esse processo que tinha como objetivo final o fim da ditadura militar iniciada em 1964 e a devolução do poder à esfera civil.

À medida que pudemos observar o desempenho e o engajamento de estudantes e professores no ambiente universitário, ele ganhou uma nova dimensão e passou a atuar de forma cada vez mais profícua e articulada. Professores, estudantes e demais servidores públicos da área têm se integrado em diversas frentes reivindicatórias para evocar direitos e transformações de diversas formas.

No caso de demandas internas relacionadas à própria instituição de ensino, os principais pontos de reivindicação dos estudantes foram questões básicas que cercavam o dia a dia da vida acadêmica: alimentação a preço justo; educação pública de qualidade; boas condições materiais para a universidade; bons professores; liberdade de expressão; a plena liberdade de organização do movimento estudantil.

Para os professores, as chamadas foram na mesma direção. Era necessário o livre exercício do ensino e do pensamento livre em sala de aula; condições ideais de trabalho; salários justos e ajustados de acordo com a inflação; liberdade de associação para a classe.

37 SEVILLANO, Daniel Cantinelli. *Somos os filhos da revolução: Estudantes, Movimentos Sociais, Juventude e o fim do regime militar (1977-1985)*. Dissertação de mestrado em História. São Paulo: USP, 2010 p.87-90.

No entanto, também fica claro que as reivindicações feitas por esses dois movimentos universitários ultrapassaram os muros dos campi e permearam outras demandas populares, sustentando pautas diversas que visavam a um bem social maior. Não ampliamos aqui essa ação conjunta com outros grupos que existiam além da universidade porque esse não é o foco deste artigo. Certamente será o tema de outro texto.³⁸

A transição foi um projeto idealizado e desenhado pela cúpula militar. É quando os militares apontam que o único caminho plausível no momento é orientar o país para a abertura política, mas que isso não aconteceria espontânea ou externamente ao seu poder – eles quem dariam as regras para que isto ocorresse. Para tanto, sempre que os opositores tentavam romper as barreiras desse projeto, os militares respondiam prontamente com reprimenda.

Observamos que, com certo arrefecimento do regime militar, as formas de repressão e violência se sofisticam. A repressão e a vigilância não cessaram; tornaram-se sofisticados e, em parte, mudaram seu *modus operandi* como forma de acompanhar o ritmo da "redemocratização" e não atrair muitos holofotes.

A existência de críticos, opositores e mesmo movimentos de esquerda, tiveram que se adaptar às novas regras do jogo, dentro da constitucionalidade dos ditadores. Para isso, os militares gradualmente tiveram que tornar isso possível, revogando leis e flexibilizando punições para dar refinamentos à democracia.

No estado da Paraíba, vimos de perto como vários desses fenômenos ocorriam e tinham dinâmicas próprias no ritmo dos acontecimentos gerais do país. Identificamos os sujeitos e suas ações, assim como procuramos analisar o modo como eles agiam e orientavam os esforços em direção aos seus meios e fins.

Com a mesma determinação, também observamos as reações das Forças Armadas, notando a mudança no padrão de suas ações, a continuidade de outras. Apesar de o número de pessoas assassinadas e torturadas ter diminuído consideravelmente, a perseguição e a vigilância continuaram intensamente, como demonstra a nossa análise dos vários casos de pessoas registradas ou perseguidas de qualquer forma.

Artigo recebido em 31.8.2023

Aprovado em 4.11.2023

38 Para tanto, abordei em minha dissertação de mestrado essas interações sociais entre vários grupos e indivíduos das universidades com membros da sociedade civil para além de seus muros. Conferir: LEITE, Jonathan Vilar dos Santos. *A frágil "reabertura" de Figueiredo: a redemocratização campinense em apuros (1979-1985)*. Dissertação de mestrado em História. Campina Grande: UFCG, 2017.